

ECONOMIA & TRABALHO

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, terça-feira,
3 de setembro de 1996

11

EDITOR: Nelson Torreão. SUBEDITOR: Rozane Oliveira. TELEFONE: (061) 321-2123 / ramal 163 e 129. FAX: (061) 321-3864. E-mail: economia@cbdata.com.br

80 Economia - Brasil

ALERTA CONTRA A GASTANÇA

Diretor do FMI avisa que o Brasil precisa reduzir despesas e defende um ajuste fiscal para aumentar a arrecadação

Sandro Silveira
Da equipe do Correio

Um sinal de alerta foi dado pelo diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), Vito Tanzi, ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, no Seminário Internacional sobre Finanças Públicas, na Escola Superior de Administração Fazendária (Esaf). "O Brasil precisa gastar menos para que os preços não voltem a ficar pressionados". Em outras palavras, para evitar a inflação e garantir vida longa ao Plano Real.

Para mostrar que é preciso gastar menos, Tanzi começou dizendo que "o Brasil paga taxa de juros 10% acima do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano para rolar sua dívida — títulos públicos emitidos pelo Tesouro. Ela é alta se comparada com os 2% pagos pelos Estados Unidos".

Essa situação faz com que os gastos com os juros da dívida cresçam muito. Dados do Ministério do Planejamento, mostram que o Brasil gastou R\$ 16,8 bilhões em 1995, gastará R\$ 22,3 bilhões este ano, e R\$ 25,2 bilhões em 1997.

Para pagar essa despesa, afirmou Tanzi, "o País precisa aumentar o superávit primário — gastar menos do que arrecadar para ter dinheiro sobrando. As medidas já tomadas estão nessa direção, mas não vão longe o bastante. É preciso esforço mais forte. Superávit de 1% do PIB ao ano não é suficiente".

O Brasil ainda não conseguiu chegar a 1% do PIB. Este ano, deve obter superávit de R\$ 4,3 bilhões (0,59% do PIB) e ano que vem, segundo a proposta de Orçamento Geral da União, de R\$ 6,68 bilhões — 0,8% do PIB. Por isso, Tanzi avaliou que "é preciso um ajuste fiscal urgente para

aumentar o superávit".

PREVIDÊNCIA

Tereza Ter-Minassian, vice-diretora do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, acrescentou que "como a carga tributária do Brasil (30% — total dos impostos pagos em relação ao PIB) é uma das mais altas do mundo, o ajuste deve ser feito pelo lado da despesa e não da arrecadação".

Para Tanzi, "a vontade política é essencial, pois o ajuste é urgente e um grupo político não pode ficar esperando que outro o faça". Uma das formas de reduzir os gastos é a reforma previdenciária, mas ele não se mostrou otimista com o Congresso Nacional. "Há risco sério de que as reformas sejam diluídas e atrasadas no Congresso".

Ele considerou que é muito baixa a média de 53 anos para os que se aposentam e muito alto o valor dos benefícios, que chegam a até R\$ 24 mil. "Alguns grupos são privilegiados".

A reforma fiscal, no entender dele, deve "distribuir a carga de 30% do PIB de forma mais justa. Ela só pode ser reduzida depois que os governos (União, estados e municípios) diminuam seus gastos. Se for feita antes disso, aumentará o desequilíbrio das contas públicas".

Um andamento mais rápido da privatização, com uso do dinheiro arrecadado para pagar a dívida foi citado como algo positivo. O lado social não deve ser esquecido, "porque o Brasil tem uma das mais desiguais distribuições de renda do mundo. Os 10% mais ricos ganham 43 vezes mais do que os 40% mais pobres. Atacar as grandes diferenças em relação à propriedade da terra e ao acesso à educação são formas de melhorar a distribuição de renda".

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, não se opôs à avaliação de Tanzi. "Não há nada que eu discorde. É preciso maior grau de convergência política e social em torno das reformas".

Carlos Eduardo



Malan com FHC e Sarney, critica os pessimistas: "O crescimento da economia mostra ser um equívoco dizer que o País passa por uma recessão"